

Passado em papel-jornal: Pombal, “A Folha Nova” e “A Palavra” – impressões em disputa no centenário do marquês (Porto, 1882)¹

The past on newspaper: Pombal, "A Folha Nova" and "A Palavra" – impressions in dispute on the Marquis' first centenary (Oporto, 1882)

Gustavo Pereira

Doutorando em História
Universidade Nova Lisboa
gustavopereira@id.uff.br

Recebido em: 05/06/2019

Aprovado em: 15/09/2019

Resumo: Em 1882, cem anos após a morte do marquês de Pombal, organizaram-se celebrações em sua homenagem, recuperando memórias sobre suas reformas como justificativa histórica para diferentes projetos e embates políticos. O centenário pombalino, de que resultou grande número de impressos, atualizou polêmicas que o passado do marquês trazia à tona. Neste artigo, investiga-se como se mobilizou esse passado para ecoar visões específicas sobre política e história. Para acessar parte desse debate, analisam-se dois jornais da cidade do Porto que expressam extremos opostos do espectro político. Busca-se compreender as principais questões postas em disputa e refletir sobre como se apresentavam discursos de teor histórico – articulando um passado selecionado, o presente corrente e um futuro idealizado.

Palavras-chave: História; Imprensa; Comemoração.

Abstract: In 1882, one hundred years after the death of the Marquis of Pombal, celebrations in his honor were organized, recovering memories of his reforms as a historical justification for different projects and political clashes. The Marquis' centenary, which resulted in a large number of printed materials, updated controversies that his past raised. The article investigates the way this past was mobilized to echo specific views on history and on politics. To access part of this debate, the article analyses two newspapers from the city of Oporto that expresses opposite extremes of the political spectrum. The aim is to understand the main issues on dispute and to reflect on how speeches with historical content were presented – articulating a selected past, the present and an idealized future.

Keywords: History; Press; Commemoration.

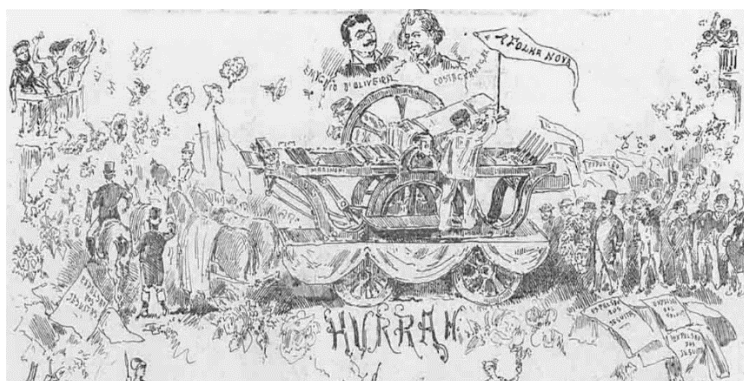
¹ Este texto resulta de um recorte na tese de doutorado em desenvolvimento (com apoio da CAPES). Uma primeira versão foi apresentada e discutida na 1ª Jornada de Investigação do CHAM – Centro de Humanidades (Lisboa), em outubro de 2018. Nas citações de textos oitocentistas, atualizaram-se pontuação e ortografia.

Os festejos pombalinos e a imprensa portuense

Ao se folhearem impressos portugueses que abordaram as comemorações do centenário da morte de Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal (1699-1782), chama atenção a descrição de um acontecimento que se deu no cortejo cívico que houve na cidade do Porto. Parte característica de celebrações públicas no período, os cortejos cívicos contavam com alegorias que remetiam à cenografia de rituais religiosos. Contudo, seguindo uma lógica de substituição de festividades e de aproveitamento de seu potencial sobre a população (em uma concepção laicista e anticlerical), eram parte de um novo modelo de celebração, desenrolado em torno de aspectos selecionados do passado; da ritualização de uma narrativa histórica explorada politicamente.²

Nas descrições do cortejo que desfilou nas ruas do Porto no dia oito de maio de 1882, destaca-se o carro da imprensa – construído e posto em marcha por *A Folha Nova* (1881-1888), periódico republicano portuense. Aludido em textos e ilustrações, o carro alegórico se constituía por “um prelo mecânico, puxado por parelhas de cavalos, no qual, durante o trajeto, se imprimia o decreto da expulsão dos jesuítas, que era profusamente distribuído” (*O Ocidente*, 01/06/1882). No episódio, um importante documento (alvará da expulsão dos jesuítas de 1759) foi recuperado, isolado e reproduzido, preenchendo espaço num evento-narrativa que apresentava publicamente um discurso sobre o passado e demandas presentes e futuras. O prelo alegórico (representando, via *A Folha Nova*, a imprensa), ao se movimentar no préstito – a prensa na rua, disponibilizando cópias do documento pombalino reproduzido pela tipografia figurativa –, explicitava a mensagem posta em marcha e os paralelos evidenciados entre passado, presente e futuro.

Imagem 1



Detalhe em ilustração de Rafael Bordallo Pinheiro, O António Maria, Lisboa, 11/05/1882.

² Sobre rituais cívicos e comemorações de centenários e efemérides – destacando-se a influência das festividades comemorativas relacionadas à Revolução Francesa, ver: CATROGA, 1998; IHL, 2017; JOÃO, 2000; OZOUF, 2015. Sobre o historiador diante de comemorações históricas, ver: ALBUQUERQUE Jr., 2019, p. 179-190.

Das ruas para o papel-jornal, o acontecimento, descrito em vários relatos jornalísticos, foi retratado pelo ilustrador Rafael Bordalo Pinheiro nas páginas d'*O Antonio Maria* (1879-1898) – revista satírica lisboeta, por ele dirigida, simpatizante com os ideais republicanos – com a legenda: “nas festas do Porto, o carro da imprensa da *Folha Nova* teve êxito completo” (Imagem 1). Na imagem, vê-se o carro rodeado por uma multidão que recolhe de uma máquina tipográfica Marinoni papéis em que se lê: “expulsão dos jesuítas” (Imagem 2) (*O Antonio Maria*, 11/05/1882). Verdadeira alegoria da festividade, representando as principais questões sobre as quais se busca aqui refletir ao se revolverem jornais e mais impressos coevos.

Imagem 2



Recorte, Suplemento, A Folha Nova, Porto, 08/05/1882.

Outro episódio que ressalta o potencial incendiário da imprensa em tais disputas envolve o principal antagonista d'*A Folha Nova*: o católico portuense *A Palavra* (1872-1911) – que, opondo-se abertamente às comemorações pombalinas, publicou uma série de textos críticos não só ao marquês, mas também a seus panegiristas do século XIX. Tais esforços editoriais culminaram com um número especial a que se seguiu, no mesmo dia (nove de maio, auge dos festejos na cidade) um suplemento que, dado o furor que causou, foi queimado em uma fogueira em praça pública após discursos inflamados e pedidos de retratação pelas supostas ofensas que continha.

Desenvolve-se este texto a partir do confronto entre os periódicos portuenses já referidos no título: *A Folha Nova* e *A Palavra*. Entende-se que os incidentes mencionados apontam a relevância e o alcance da imprensa no período; aspecto que justificou o privilégio dado a tal suporte na consideração de discursos históricos e políticos. Além dos relatos sobre o que se passava nos diversos ambientes em que se discutiu a respeito do marquês, os periódicos veicularam uma série de escritos inéditos, críticos ou elogiosos ao passado pombalino. Antes de se debruçar sobre tais jornais, porém, apresenta-se uma breve reflexão sobre imprensa e leitura no contexto em causa, para melhor perceber o impacto dos papéis em foco.

Impressos e disputas políticas em Portugal em fins do século XIX

“A carne vem para casa embrulhada em jornais: as letras pretas ficam impressas nela e muitas vezes comemos *beefs* com artigos de fundo, o que é muito prejudicial para o estômago... e também para o espírito” (*O Ocidente*, 15/08/1880). Aos presumíveis leitores coetâneos,³ é provável que as palavras de Gervásio Lobato, integrando um elenco maior de críticas à insalubridade que caracterizava a cidade de Lisboa em 1880, se afigurassem, pelo exagero e pela ironia, potencialmente divertidas.

Para quem hoje lê as páginas da revista lisbonense *O Ocidente* (1878-1915), contudo, o trecho, ao informar um quotidiano familiar ao lisboeta da época (inclusive em seu aspecto ficcional), destaca-se pelo que revela de inusitado. A ideia dos imaginados artigos de fundo que, do papel aos *beefs*, chegavam indigestos ao estômago e ao espírito estimula que se pense sobre os jornais no dia-a-dia da Lisboa de então. Nos quiosques, nas tabernas, nos cafés, nas casas e nos talhos, eles encontravam-se em todos os cantos; prestando-se a usos diversos em uma altura em

³ Acerca dos esforços do historiador diante de testemunhos textuais do passado – relação perpassada pela descontinuidade; do trabalho de tradução e da percepção de linguagens do passado; de uma prática controlada que tem os textos como objeto e expressão, ver: CASTRO, 1996; CERTEAU, 2011 [1975]; LISBOA, 2004; POCOOCK, 2003.

que “a ideia de leitura”, nas palavras de Eça de Queirós, lembrava “uma turba folheando páginas à pressa no rumor de uma praça”; lendo “alto e à pressa no rumor das ruas” (QUEIRÓS, 1886).

Aos que, revirando impressos antigos, buscam compreender aspectos da sociedade portuguesa de finais do século XIX, são elucidativas as informações incidentalmente encontradas em jornais, revistas e romances de atualidade de autores como Eça, cujos textos eventualmente abordam as relações entre escritores, escritos e leitores. As palavras acima transcritas fazem parte de um prefácio de 1886 em que ele reflete livre e exageradamente acerca das transformações a que se assistira na última centúria. Para Eça de Queirós, “tudo se revolveu” desde que, “numa manhã de julho, tomou-se a Bastilha”. Em meio às alterações da “configuração moral da Terra” tendentes à democratização, substituiu-se a figura do leitor-indivíduo pela do público-turba. Ademais,

fez-se a iluminação a gás; assomou a instrução gratuita e obrigatória: instalaram-se as máquinas Marinoni, que imprimem cem mil jornais por hora;⁴ vieram os Clubs, o Romantismo, a Política, a Liberdade e a Fototípia. Tudo se começou a fazer por meio de vapor e de rodas dentadas – e para as grandes massas (QUEIRÓS, 1886).

Apesar das muitas mudanças que o século XIX assinala no histórico português, sobretudo desde a estabilização política e os progressos materiais que caracterizaram o que se convencionou chamar de Regeneração (1851-1910),⁵ uma série de índices explica por que os críticos que como Eça compunham a chamada geração de 70⁶ acusavam a decadência e o atraso do país frente a avanços “civilizacionais” percebidos algures no continente europeu. Entre tais índices, destacam-se os dados estatísticos que revelam um país rural e agrícola, com uma população cuja proporção de analfabetos, para 1878, ultrapassava os 80% – de que se depreende como as referidas gratuidade e obrigação não bastaram para garantir a difusão da instrução.⁷

⁴ Hippolyte Marinoni criou e aperfeiçoou máquinas que ampliaram a produtividade (tiragem/hora) de impressão – correspondendo à demanda por maiores rapidez e alcance na produção e na divulgação de notícias. A rotativa Marinoni de 1866 imprimia cerca de 10 mil jornais de quatro páginas (reto e verso) por hora. A de 1884, 20 mil de seis páginas (reto e verso) por hora. A indicação de Eça deve se referir ao número possível de páginas/hora. DRYE, 2014.

⁵ Após a guerra civil (1832-34) que marcou o início da primeira fase do liberalismo no país (1823-47), a Regeneração caracterizou-se como um novo ciclo – atenuação dos conflitos; afirmação da burguesia; lento, mas contínuo desenvolvimento social e material (infraestrutura, transportes, comunicação).

⁶ Sardica (2009, p. 18) indica que, também referidos como *geração nova*, tratava-se de jovens que, marcados pela questão coimbrã e mais tarde pelas conferências democráticas do Casino [momentos de embate e debate, visando à renovação literária, acadêmica e cultural], eram críticos à Regeneração, aspiravam a mudanças na mentalidade, na sociedade e na política, visando a uma cidadania consciente e democrática; aprofundando as estruturas liberais fundadas em 1820. Seus grandes vultos não eram acadêmicos, filósofos ou literatos, mas sobretudo “os novos líderes de opinião massificada”, em que se destacavam os jornalistas. Ver também: MACHADO, 1986 [1977].

⁷ Segundo Pereira (1969), em 1878 havia 12% de população nas cidades, 17% em vilas e 68% em freguesias rurais. Em 1890, 60% da população dedicava-se a atividades agrícolas e 18,8% empenhava-se no setor terciário. Ribeiro (1999) apresenta, para 1878, valores de analfabetismo, para o país, de 82% - 75% para os homens e 89,3% para as mulheres. Ramos (1988) destaca a resistência às escolas públicas; além de não terem sido o lugar privilegiado para a aprendizagem

No entanto, quando se desloca o olhar do cenário geral português para o específico de cidades como Porto e Lisboa (as duas maiores do país), os valores se aproximam de 50% para a população com acesso à leitura.⁸ Palco de novas atitudes culturais, era nas cidades que melhor se percebiam as mudanças que o trecho de Eça de Queirós evoca com a ideia de uma produção cultural “para as grandes massas”. As urbes eram, em suma, um espaço público em que os impressos desempenhavam papel fundamental para a crítica e para a circulação de ideias.⁹ Meio privilegiado para a divulgação do conhecimento e para a formação de opinião, os impressos eram mobilizados em torno de disputas políticas, expressando-as textualmente e ampliando seu alcance – especialmente jornais e revistas, em que se aliavam grandes tiragens, baixo custo e periodicidade.¹⁰

Não tão eloquentes quanto o prefácio de Eça, os *beefs* de Gervásio Lobato são aqui referidos menos por indicarem o papel-jornal como material barato e abundante no espaço urbano, reaproveitado após a leitura, e mais pela caracterização do artigo de fundo como um texto potencialmente indigesto devido às polêmicas e críticas nele expressas. Espaço principal das publicações – bem à primeira página, geralmente acima dos frequentes folhetins –, era onde se costumava mostrar aos leitores comentários sobre os acontecimentos mais relevantes da política, deixando claro o posicionamento editorial do periódico e não raro criticando abertamente tanto governo e/ou oposição, quanto jornais dos campos político, social e religioso opostos.¹¹ Não por acaso, foi onde se deram a ler muitos comentários sobre Pombal e sobre as diferentes mobilizações de seu passado nas comemorações dos cem anos de sua morte.¹²

Para Falcon (1982, p. 223), autor de uma importante obra vinda a lume no ano do segundo centenário de morte do marquês, “Pombal, tomado no sentido tradicional de ministro a realizar

da escrita (servindo, contudo, à sua institucionalização), não conseguiam incluir quem não quisesse lá estar. Ribeiro ainda aponta que se a gratuidade de ensino não motivava os menos favorecidos, a obrigatoriedade, prevista na legislação liberal, nem sempre foi observada (em 1875, apenas 15% das crianças entre sete e 15 anos frequentavam a escola).

⁸ Quanto à população com acesso à leitura (homens e mulheres, respectivamente): Lisboa, 53,6% e 49,1% e Porto, 59,2% e 34,6%. Entre 1878 e 1890, ademais, houve grande crescimento populacional urbano. PEREIRA, 1969.

⁹ Peixinho e Dias (2015, p. 108, 103) falam de “mudar o ângulo de visão sobre o atraso cultural português” e, focando-se no espaço das cidades, abordam o dinamismo, os debates públicos e a difusão dos impressos, sobretudo jornais e revistas, como característica do surgimento de uma “cultura urbana de massas” em fins do século XIX português.

¹⁰ Sobre a relação entre impressos e leitores no século XIX, ver RIBEIRO, 1999 – tratando de um maior acesso à cultura letrada, destacam-se a importância dos gabinetes de leitura, a edição de livros em formatos mais baratos e a introdução do folhetim nos periódicos, alterando a prática de leitura e contribuindo para o aumento do público leitor.

¹¹ Santos (2005) aponta uma lenta transição do jornalismo mais partidário, característico dos períodos iniciais do liberalismo, para o jornalismo de informação. No período em tela, ainda que já se veiculasse um ideal de neutralidade, a imprensa era arena para partidos e grupos se expressarem enquanto tais. Ver: PEIXINHO, 2010; VARGUES, 2003.

¹² Acerca da ideia de mobilizações do passado (recorrente neste texto), refere-se que os grupos humanos lidam de formas diversas com a temporalidade, sendo as representações, as atualizações e os discursos sobre seu passado importantes para suas autocompreensão e identidade. BANN, 1994 [1990]; RÜSEN, 2009 [1994]. Sobre as relações entre memória e história (oposição conceitual e imbricações), ver: JOUTARD, 2013; ROUSSO, 1998. Sobre como as sociedades relacionam-se com a temporalidade, articulando passado, presente e futuro, ver: HARTOG, 2015 [2003].

sozinho uma tarefa hercúlea [...], não passa de um mito. Nesse sentido, quase se poderia dizer que jamais existiu”. Entende-se, contudo, ser importante refletir sobre os mitos acerca de Pombal e do pombalismo¹³ mobilizados para legitimar/elogiar suas políticas ou para deslegitimá-las/criticá-las ao longo do tempo – em sua época, em 1882 (data aqui em foco), em 1982 ou ainda hoje. Afinal, o mito político

é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas [...] exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. [...] esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização (GIRARDET, 1987 [1986], p. 13).

Impressões sobre o marquês em seu primeiro centenário

Quando das celebrações de 1882, publicaram-se muitos textos sobre Pombal: crônicas, poemas, biografias, conferências, peças de teatro, músicas... em jornais, revistas, livros e folhetos.¹⁴ Se boa parte dos intervenientes mobilizou-se para exaltar o ex-ministro de D. José (1750-1777), bradando a necessidade de recuperar e valorizar o passado evocado pela referência a seu título nobiliárquico (período pombalino), muitos outros empenharam-se em sentido diverso, não apenas recusando-lhe as honras, mas também se valendo da ocasião para criticá-lo fortemente.

Foi um momento em que as narrativas sobre o passado – mais especificamente sobre o governo do marquês – entraram em disputa, mobilizadas por diferentes atores. Nesse embate, as visões acerca da história eram arregimentadas de modo imbricado com destoantes análises do presente corrente e com distintos projetos para o futuro, enunciando-se juízos e posicionamentos políticos a despeito da pretensa imparcialidade.¹⁵ Entre críticas e elogios, difundiram-se em palestras, manifestações artísticas, discussões e impressos (que reproduziam palavras ditas e escritas em outros meios) diversas leituras sobre passado e legado pombalinos; sobre história e política.

Recuando um pouco no tempo, importa recordar que a vitória dos partidários de D. Pedro IV (1826) [de Portugal, I do Brasil (1822-1831)] havia assegurado o constitucionalismo após a

¹³ Também do ano do segundo centenário (quando muito se publicou sobre o período), é referência importante sobre o pombalismo: DIAS, 1982. Ver ainda (publicação em de um evento crítico comemorativo de 1982): SANTOS, 1984. Destaca-se que, se a obra de Falcon foi defendida em 1976 (livre-docência/UFF), foi publicada apenas em 1982.

¹⁴ MATOS, 1998, p. 438; RODRIGUES, 1947; ARANHA, 1898, p. 45-248 (com um catálogo de obras então vindas a lume); FRANCO, 2007, parte III. Miranda (1993, p. 24-27) destaca que, sob o signo da discórdia, foram editadas centenas de textos sobre a vida e a obra de Pombal, alguns dos quais se tornaram clássicos, e o impulso dado à recuperação de documentos, para “alargar as bases empíricas e fortalecer o rigor [das] apreciações historiográficas”.

¹⁵ Em meio aos trabalhos que se dedicam ao discurso historiográfico em Portugal no período, destacam-se: MATOS, 1998; TORRALBA, MENDES & CATROGA, 1998 [1996]. Sobre percepções do passado pombalino, em particular: RODRIGUES, 1947; TORRALBA, 1984. Sobre o primeiro centenário: BEBIANO, 1982.

guerra civil (1832-34), mas o regime liberal, com o pressuposto do debate de políticas e problemas nacionais, convivia com seus adversários, que se manifestavam publicamente no parlamento e na imprensa.¹⁶ Se não se podia negar que o marquês fora, em seu tempo, defensor da ampliação dos poderes do monarca e da conformação ou da eliminação de toda forma de oposição, o que seus autodeclarados herdeiros reclamavam como legado não eram seus laivos de absolutismo, e sim suas políticas reformistas.

É importante lembrar, ademais, que D. Pedro expediu ainda em 10 de abril de 1833 um decreto visando a desafrontar a memória de Pombal – “o português que mais honrou a sua nação no século passado”. Afirma-se, no diploma, que “a inconstância dos tempos e o capricho dos homens pretend[er]a[m] denegrir” a imagem do marquês; fazendo, “com ingratidão incrível, desaparecer a sua imagem do centro” de Lisboa. Estava em causa um medalhão com a efígie do ministro, incorporado no pedestal da estátua equestre de D. José (1775), e de lá arrancado com a morte do monarca (1777). D. Pedro, “querendo ao mesmo tempo tributar ao grande homem a justiça que lhe é devida e apagar os vestígios de uma ingratidão que a geração presente rejeita”, ordenou que a imagem fosse “reposta no mesmo lugar”.¹⁷ Em 1882, recuperou-se habilmente o episódio (relacionado a um momento e a uma liderança importantes do regime), inferindo-se que

recordar esse fundamento da tradição liberal o mesmo é que expressar a esperança de que não deixará de associar-se à solenização do centenário de Pombal, em qualquer ponto de Portugal, um só dos cidadãos portugueses que militam nas fileiras liberais (*Diário de Notícias*, 31/03/1882).

Faz-se relevante pensar como, em 1882, o discurso histórico simpático ao governo pombalino foi mobilizado por setores liberais e republicanos – com destaque aos afins a ideais laicos, anticlericais e antilegitimistas (sem ignorar os liberais que não se demarcavam do catolicismo). Deve-se levar em conta, também, as reflexões de seus principais antagonistas: ultramontanos¹⁸ e legitimistas,¹⁹ que se relacionavam aos conflitos com a Igreja, à dessacralização

¹⁶ O regime parlamentar rompeu com a lógica de Antigo Regime de segredo na política, supondo, opostamente, discutir e publicizar as questões do Estado – com destacado e crescente papel da imprensa, NETO, 1998, p. 227-228.

¹⁷ E ainda ordenou que “por lembrança do dia em que se praticou esse ato de justiça, se lhe ajunte por baixo, em letras de bronze a inscrição seguinte: *12 de outubro de 1833*” (data de seu aniversário).

¹⁸ *Ultramontano* era “todo aquele que defendesse o poder absoluto do papa e a sua independência em relação aos poderes seculares [...] aquele que apoia a autoridade e o poder da Igreja, adere aos princípios e à actuação da Igreja Romana, nos planos teológico, jurisdicional ou político”. O conceito opunha-se ao de *cismontanismo*, NETO, 2011, p. 158.

¹⁹ TORGAL, 1984. Acerca do *outro lado*: CATROGA, 2010 [1991]; 1988; 2001. *Legitimista* diz respeito àqueles que defendiam a legitimidade não do governo liberal dos descendentes de D. Pedro IV, e sim da linha de D. Miguel, absolutista derrotado – também chamados, por isso, *miguelistas*. Eram também católicos tradicionais. Sobre o miguelismo, Silva (1993) destaca como os contrarrevolucionários portugueses reagiram às ideias e aos princípios novos com uma mitologia em torno de D. Miguel, visando a uma legitimação carismática, de forte mobilização popular.

da sociedade e ao desenvolvimento de correntes de pensamento político mais “moderno”²⁰ (sem ignorar, entre os opositores, os liberais que se queriam demarcar da figura de Pombal por nela verem sobretudo autoritarismo). Dentre os aspectos recuperados por um e outro lados, nota-se o relevo concedido às políticas regalistas²¹ do marquês; especialmente a seu antijesuitismo.

Considerando-se as características do regime monárquico, constitucional e católico instaurado com a carta constitucional outorgada por D. Pedro em 1826, tal relevo faz-se compreensível. Afinal, a instituição eclesiástica era percebida como um pilar para a política – e como fator de aglutinação de que não se podia abrir mão. Por isso, buscava-se contar com seu peso social, ao mesmo tempo em que se almejava controlar a hierarquia eclesiástica com políticas de regalismo ascendente. Tais políticas marcavam os governos lusos havia já bastante tempo, tendo-se mostrado mais acentuadas no período pombalino e sendo recuperadas, com fôlego e características novas, no período liberal.²²

Em questão, estava o reforço do controle do Estado sobre a Igreja por meio de uma governamentalização crescente da atividade eclesiástica, em um avanço de políticas laicizantes.²³ Buscava-se reduzir os poderes econômico e político dos clérigos e reorientar ideologicamente sua ação. Almejava-se um Estado de tipo moderno – para o qual era importante uma Igreja de um tipo diferente da tradicional.²⁴ Compreendem-se, assim, algumas iniciativas regalistas do governo. Compreendem-se, de resto, algumas críticas que recebiam tais políticas – seja por parte de setores tradicionais (que almejavam um retorno a um modelo mais alinhado com os valores de Roma), seja por parte de setores mais progressistas, com destaque para os republicanos (para quem o rompimento com a tradição e com o catolicismo deveria se dar de forma mais acentuada).

Como visto, a figura de Pombal foi recuperada e apropriada desde momentos iniciais do liberalismo justamente por aqueles que se entendiam voltados para o futuro e que se opunham a tradições tidas por decaídas, a atrasos e a privilégios da Igreja e da nobreza. Entende-se, por oposição, quem seriam os principais adversários de tais sujeitos (e, conseqüentemente, os principais críticos da recuperação elogiosa desse passado). Outro aspecto que permite melhor perceber os

²⁰ CATROGA, 1990; TORRALBA, MENDES & CATROGA, 1998; MATOS, 1998.

²¹ *Regalismo* é “designação em geral atribuída ao estatuto ‘político-religioso’ que advoga a supervisão tutelar da Igreja pelos monarcas ou pelos estados. [...] Daí a sua ingerência tanto no plano civil como no plano sacro, em ordem a manter um e outro sob a sua alçada mais ou menos expressa de poder”, RAMOS, 2001, 96-97.

²² Deu-se continuidade à prática regalista da época pombalina, levando-a ainda mais longe e tendo como referências teóricas e ideológicas os principais autores regalistas pombalinos. NETO, 1998, p. 45; OLIVEIRA, 2009, cap. I.

²³ CASTRO, 1990-1993.

²⁴ Acerca da Igreja e de seu papel estruturador na sociedade de Antigo Regime, ver: CARDIM, 2001.

posicionamentos acerca do governo pombalino, sobretudo no que toca a suas políticas anticlericais, diz respeito aos jesuítas e ao referido antijesuítismo, que caracterizou muitas políticas do marquês.

Expulsa de Portugal e de seus domínios por alvará régio influenciado por Pombal (1759), a ordem dos inicianos foi suprimida, após grande campanha, pelo papa Clemente XIV (1769-1774) em 1773. Se os reinados de D. Maria I (1777-1816) e D. João VI (1816-1826) não se caracterizaram pela perseguição aos jesuítas, a Companhia de Jesus tanto não foi por eles autorizada em seus domínios, como, como resposta a sua restauração por Pio VII (1800-1823) em 1814, o então príncipe regente redigiu do Brasil uma resolução a seu ministro plenipotenciário em Roma pedindo que ele comunicasse ao pontífice sua recusa em aceitar a recriação da ordem.²⁵ É bastante sintomático, além disso, que a reinserção dos jesuítas em território português tenha ocorrido apenas com D. Miguel (1828-1834) e com suas políticas de restauração do absolutismo e alinhamento com Roma – o monarca convidou oficialmente os inicianos, emitiu um decreto autorizando seu regresso (1829) e ainda restaurou oficialmente a Companhia em Portugal em 1833.

Deixando mais claras as oposições que tais políticas representavam, é significativo que, com o avanço das tropas liberais sobre territórios sob domínio miguelista, os jesuítas tenham voltado a ser progressivamente expulsos – processo de que é testemunho uma primeira legislação expulsória (1833) que repunha em vigor medidas antijesuíticas pombalinas. Com o encerramento da guerra civil, extinguíram-se as ordens religiosas masculinas, confiscando-se seus bens – culminar de tal processo. Francisco António de Aguiar, ministro que assinou o decreto de extinção (1834), redigido sob os auspícios de D. Pedro, recebeu de seus críticos, por isso, o cognome de “mata-grades”.

Nota-se como memórias sobre as políticas pombalinas e sobre os embates em que o marquês se envolveu foram relidas e ressignificadas tendo em vista os conflitos candentes e o modo como se produziam discursos de teor histórico. Cem anos após a morte de Pombal, a efeméride de 1882 acentuou as disputas em torno de sua figura, explicitando a divisão entre pombalistas e antipombalistas, em um debate que refletia posicionamentos políticos; mobilizando apreciações e representações opostas: ora um déspota, ora um político iluminado²⁶ – discrepantes leituras de seu passado polêmico. Aspecto que a revista satírica portuense *O Sorvete* (1878-1900) bem exemplifica, ao apresentar uma ilustração (14/05/1882) representando uma série de

²⁵ D. João escreveu a J. M. Pinto pedindo que ele comunicasse sua surpresa por não ter sido consultado, suas intenções de manter a determinação de 1759 e seus direitos para fazê-lo. Ver: *Astréa* (1826-1832), Rio de Janeiro, 29/11/1827.

²⁶ Avançando-se a uma historiografia mais recente, Maxwell (1996) apresenta o ministro na perspectiva de um paradoxo entre autoritarismo e iluminismo. Para Monteiro (2008, p. 286-87), contudo, seria melhor não discutir em que medida foi ou não iluminista. Afinal, “o paradoxo só parece ser aceite se for aceite que Pombal era um político das Luzes”.

dissemelhantes retratos de Pombal com a legenda: “Entre todos os Senhores Marquizes que a Arte deu à luz, qual deles será o verdadeiro?” (Imagem 3)

Imagem 3



Detalhe em ilustração de Sebastião Sanhudo, *O Sorvete*, Porto, 14/05/1882.

Ao se debruçar, aqui, sobre as perspectivas em conflito, atenta-se ao modo como se mobilizavam discursos históricos e ao interesse em atualizar sentidos específicos do passado, dando voz aos mortos – fazendo-os ecoar de formas diversas; falando por e com eles. O centenário de 1882, devido às polémicas pretéritas que atualizou, esteve longe de um consenso. Em meio aos embates então travados, discutiu-se como melhor lidar com os embaraços/sucessos que as ações do marquês alternativamente evocavam aos sujeitos e grupos em disputa. A esse respeito, o debate travado na câmara dos deputados quanto à eventual participação do governo nas festas é eloquente. No relato de tal sessão parlamentar publicado no lisboeta republicano *O Século* (1881-1983), lê-se:

O sr. Dias Ferreira [Partido Constituinte] entende que o governo deve prestar um subsídio aos festejos do centenário de iniciativa dos estudantes, que o governo parece querer empalmar. O marquês de Pombal nunca pode ser encarado como *incolor em política*,²⁷ porque a sua principal feição foi o caráter político de que revestiu os seus atos. A sua principal glória foi libertar o país e o rei da influência jesuítica, que disseminava as trevas. Entre nós está determinada a expulsão dos jesuítas e a extinção dos conventos das freiras, e contudo os jesuítas e as freiras ainda continuam. [...] Envia para a mesa uma proposta para que se tenha em atenção a legislação pombalina acerca dos jesuítas.

²⁷ A expressão ecoa a forma como *O Diário de Notícias* (Lisboa, iniciado em 1864 e em atividade ainda hoje), um dos principais jornais à época, se apresentava – sendo por conta disso referido ironicamente pelos demais jornais como *o incolor*, ressaltando, por oposição à neutralidade pretendida, suas parciaisidades quotidianas.

O sr. Luciano Cordeiro [Partido Regenerador – governo] diz que *a festa é nacional, mas que só pode ser fazendo-se abstração de atribuir ao marquês de pombal a glória de expulsar os jesuítas*. O marquês de Pombal tem muitos títulos de glória, este é que não parece que o seja. *Receia que os jesuítas digam que somos ignorantes em história*, pois que foi ele quem em Portugal levou o absolutismo ao seu requinte, e que deu à inquisição o caráter oficial *Uma festividade não pode ser nacional logo que todos, por qualquer circunstância nela, se não associem a ela*.

O sr. [Emídio Júlio] Navarro [Partido Progressista] nota as contradições do discurso do sr. Luciano Cordeiro. *Ou o marquês de Pombal é digno de merecer uma manifestação de respeito e admiração, ou não é. Se é, não é dado deturpar-lhe as feições*. O fato mais saliente da sua vida é a guerra pertinaz movida contra os jesuítas (*O Século*, 18/04/1882).²⁸ [grifos meus]

Como se pode notar, eram as reformas políticas – e sobretudo o modo como o marquês havia quebrado as resistências dos jesuítas – o que o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo mais fortemente fazia ecoar em 1882. Sentido que o programa da Academia de Lisboa (iniciadora das comemorações na capital),²⁹ entregue ao governo e reproduzido por muitos jornais, afirmou explicitamente; sentido polêmico que os representantes do partido no poder tentaram contornar, propondo uma festividade branda, “nacional”, harmônica e unânime.

Os tardios esforços governamentais nessa direção supunham, portanto, uma forma alternativa de “abstração” (seleção, silenciamento) da história; visavam a interesses estranhos aos estudantes e a seus apoiadores – que reagiram para resguardar suas prerrogativas enquanto iniciadores da organização do centenário. As tentativas de universalização e de oficialização dessa versão supostamente “incolor em política” do marquês e dos festejos resultaram em novas disputas em torno do passado pombalino (buscando-se definir seus usos políticos adequados e autorizados). Dado o impasse deflagrado, que ecoou no parlamento e nos jornais desde meados de abril, nomeou-se uma “comissão mista” oficial (solução de compromisso), composta por deputados, membros do governo e representantes da “comissão acadêmica”.

Quanto aos estudantes lisboetas e a seu polêmico programa, após exaltarem as reformas pombalinas do ensino – ponto de apoio para ressaltarem a “urgência de se reformar a instrução secundária e superior, dando às escolas uma organização mais liberal e científica” –, eles apontaram “a vantagem que advirá à sociedade portuguesa, dando execução aos decretos de expulsão dos jesuítas, decretos que são capciosamente sofismados há cem anos”. Reforçando a continuidade que visavam a estabelecer entre as políticas que reclamavam em 1882, o liberalismo do decreto de 1834

²⁸ O debate, com mais intervenções, consta no Diário da Câmara; sessão de 17/04. CAMARA, 1882, p. 1135-1149.

²⁹ Trata-se da Associação Acadêmica de Lisboa. Teve seus estatutos aprovados e reconhecidos oficialmente apenas em março de 1882. Desde pelo menos 1878, contudo, já estava organizada – realizando atividades de instrução, cooperação e assistência em favor dos estudantes da capital, tendo no horizonte, ademais, reformas no ensino.

e o pombalismo do alvará de 1759 (o documento reproduzido no cortejo portuense), ainda pediram ao poder executivo “o cumprimento exato dos decretos do marquês de Pombal e [de] Joaquim António de Aguiar, a respeito de todas as ordens religiosas”.³⁰

Explicitam-se, pois, as relações estabelecidas entre momentos específicos do passado e o presente corrente na proposição de projetos políticos que informavam um futuro determinado. Além de atacarem valores religiosos coetâneos entendidos como tradicionais e definidores da nação, ao defenderem tais ideias os estudantes voltavam-se contra o que muitos consideravam um fator viabilizador do projeto imperial português na África (importante para o brio pátrio, em um contexto em que o país já enfrentava disputas territoriais no continente por parte de potências europeias): as ordens religiosas. Percebe-se melhor o fato de o programa ter recebido alguns apoios apenas em parte; apoios condicionados a ressalvas no que tocava à doutrina.³¹

Ter em conta as grandes mudanças havidas nos cem anos que ao mesmo tempo separam e conectam as reformas pombalinas e as políticas liberais que reclamavam sua herança ajuda a compreender como se emprestaram novos sentidos ao passado – valendo-se dos tópicos trazidos à tona nas fontes mobilizadas para legitimar os textos de teor histórico que se escreveram. Novos sentidos que fizeram com que Pombal, à sua época percebido como grande defensor do absolutismo ilustrado (associado a medidas centralizadoras, restritivas e autoritárias), pudesse ser por alguns apresentado, a partir de uma leitura seletiva de seu passado, como um paladino do liberalismo, das liberdades cívicas e do republicanismo. Novos sentidos que enfrentaram a oposição de uma série de críticos – sobretudo de quem se posicionava no outro extremo do espectro político, mas também de setores liberais e republicanos que não se alinhavam ao discurso panegirista.

No hino que compuseram e cantaram durante o cortejo cívico que percorreu as ruas da capital, os estudantes lisboetas novamente explicitaram a ligação que costuravam entre passado, presente e futuro – distanciando-se de seus coetâneos, aproximando-se de um passado áureo/mítico e anunciando-se representantes da posteridade que almejavam:

Nós, herdeiros e discípulos / de Camões e de Pombal / empunhando a pena ou a espada / honraremos Portugal / [...] Nós, os homens do futuro, / o amor mais santo e puro / vimos à pátria oferecer; / hoje, à escola devotados, / amanhã, talvez soldados / sempre, sempre dedicados / pela pátria até morrer (ALMEIDA, 1882).

³⁰ O programa, dito *programa-manifesto*, foi bastante reproduzido: na íntegra ou em trechos, elogiosa ou criticamente, sendo referido em diversos periódicos, como no de maio circulação no país: *Diário de Notícias*, 04/03/1882.

³¹ Caso das Sociedades de Geografia e de Jornalistas. Sobre a importância das colônias, ver: ALEXANDRE, 1995.

Impressões d'*A Folha Nova* e d'*A Palavra* no centenário

Nas páginas d'*A Folha Nova*, cujo diretor era o republicano Emídio de Oliveira, as primeiras referências ao centenário datam de novembro de 1881. Contudo, apenas em 24 de março de 1882 os estudantes da cidade reuniram-se para deliberarem sobre os festejos. Tendo criticado sua inação (em contraste com a mobilização dos estudantes lisboetas), o diário logo reproduziu, entre os dias 29 e 30, o programa então elaborado. Ademais, marcou presença em uma reunião no dia quatro de abril para a qual foram convidados representantes dos jornais portuenses, incentivados a auxiliar na divulgação dos preparativos, a editar números especiais comemorativos e a se incorporarem no cortejo com um carro próprio. A partir de então, *A Folha Nova* reforçou seu empenho, publicando textos favoráveis ao marquês e à celebração e enfrentando abertamente a oposição d'*A Palavra*.

O primeiro artigo que o jornal republicano imprimiu instruindo seus leitores sobre o período pombalino e explicitando os motivos para sua celebração veio a lume em 19 de fevereiro; tratava-se de um texto sobre a reforma de ensino realizada pelo marquês, apresentada como a principal motivação para os estudantes exaltarem Pombal. Entre o material, destacam-se duas séries de artigos. A maior delas soma quinze textos (publicados entre quatro de abril e cinco de maio) e se intitula “glórias pombalinas”, enumerando e discorrendo sobre motivos históricos para exaltar o governo de Pombal, com destaque para a expulsão dos jesuítas (nove textos sucessivos).

A outra série, com seis artigos (publicados entre 24 de março e três de abril), intitula-se “o centenário do marquês de Pombal e o Porto”. É uma tomada de posição em uma polêmica na imprensa portuense em torno de um emblemático episódio do passado pombalino na cidade: a repressão nas “forças da cordoaria”, após o episódio conhecido como motim do Porto (1757).³² Nesse, como em outros casos que recuperaram, os críticos do marquês ressaltaram o que entendiam como despótico e violento em seu governo – que seria absolutista, e por definição não-liberal.

Os que elogiavam Pombal, por oposição, afirmavam que deveria ser feita uma devida apreciação da história, e não “pareceres apressados” (*A Folha Nova*, 17/02/1882); eles entendiam que se deveria analisar cada atitude do marquês a partir de seu contexto e dos valores de sua época – o que valeria tanto para descontar seus exageros, fruto de seu tempo e das dificuldades e da resistência que encontrava, quanto para destacar aquilo que o diferenciava de seus contemporâneos,

³² Reação à companhia monopolista pombalina para produção e comércio do vinho do Porto. Ao motim, seguiu-se a repressão exemplar: 26 condenados à morte e 87 a penas diversas (açóites públicos, confiscação de bens, degredo...).

revelando sua suposta modernidade. Em sua apreciação geral, afirmavam que o governo pombalino teria, voluntária ou involuntariamente, concorrido para a ampliação das liberdades em Portugal

Já o diário ultramontano, dirigido por Frutuoso da Fonseca, tendo Mesquita Pimentel como redator principal (nomes ativos na edição de matérias religiosas), já desde dois de março imprimia textos críticos a Pombal e àqueles a quem chamava de *centenaristas* (referidos como a *garotada* das escolas, os *maçons* e os *republicueiros*), e reforçou sua oposição na medida em que os preparativos avançavam. Além das muitas notas de outros periódicos que republicava e dos constantes relatos enviados por seu correspondente em Lisboa (crítico em cada detalhe narrado sobre a organização do centenário), destaca-se uma série de longos textos intitulada “o ídolo do liberalismo”.

Composta por nove artigos (publicados entre 22 de abril e seis de maio), a série, além de divulgar as referidas críticas que retratavam Pombal como despótico e violento (um verdadeiro *tirano*; o *Nero português*), insistia na caracterização dos promotores do centenário como maçons que visavam à perseguição da Igreja e que tinham como alvo privilegiado os jesuítas. Curiosamente, os dois grupos em disputa acusavam supostos inimigos ocultos e obsidiantes: jesuítas, por parte de liberais e republicanos, e maçons, por parte de ultramontanos. Quanto à forma como seus antagonistas lidavam com a história, *A Palavra* acusava-lhes a desonestidade, a seletividade e a ignorância; afirmava que retratavam um marquês que não condizia com o passado e que seus elogios a Pombal não correspondiam com o liberalismo que eles diziam defender – argumento que também mobilizava para acusar que, em nome da suposta liberdade que tinham como bandeira, na verdade eles visavam à sujeição da Igreja.

Assim, de um lado o jornal republicano buscava mobilizar apoios para a programação dos estudantes³³ – que incluía a proposta de requerer “ao governo para que faça cumprir rigorosamente as disposições do marquês de Pombal e [de] Joaquim Antonio de Aguiar respeitantes às congregações religiosas” (*Folha Nova*, 29-30/05/1882).³⁴ De outro, o congênere católico buscava convencer seus leitores de que se tratava de uma afronta “irrogada às faces deste país, que, apesar

³³ Publicaram-se, entre os dias 14 de abril e quatro de maio, também convites-convocatórias, para quem lhes quisesse enviar textos para um número especial, elogioso ao marquês.

³⁴ Programa dos festejos no Porto (que ecoava o de Lisboa). Um dos mais explícitos posicionamentos do jornal pode ser lido em nota publicada em destaque no dia oito de maio: “*A Folha Nova*, prossequindo na luta liberal que Sebastião José de Carvalho tão denodadamente encetou, vai dedicar doravante o melhor da sua energia contra o fanatismo, contra a reação, contra o inimigo da liberdade e da democracia – o jesuíta! Em nome da consciência humana, *A Folha Nova* chama o patriotismo de todos os democratas em defesa da causa da justiça e da luz. Abaixo o jesuíta! Abaixo o jesuíta!” (*A Folha Nova*, 08/05/1882). O jornal acentuou seu combate, dirigindo-se especialmente contra os ultramontanos, contra a *teocracia*, e em especial contra os jesuítas – de que é emblema a série de textos com o mesmo título da nota referida “guerra ao jesuíta!”, publicados a partir de então (até o dia 11 de julho, foram treze).

do que meia dúzia de homens sem fé alardeiam, é sobretudo religioso e não pode nem deve consentir que os seus sentimentos e a sua religião, que é a do Estado, sejam menosprezados” (*A Palavra*, 11/03/1882).

Ainda em oposição à programação do centenário, *A Palavra*, em 24 de abril, começou a sugerir que, por um “modo pacífico” os portuenses fizessem “uma manifestação contrária aos ruins sentimentos que inspiram os *festejos pombalinos*” que afrontavam seus “sentimentos católicos”. No dia 27, com grande destaque, imprimiu uma convocatória para uma romaria ao santuário do Sameiro, em Braga, no momento em que “a escória social” consumaria, no Porto, seu “escândalo inominável”, celebrando o “verdugo incansável do clero e da Igreja”, o “percursor da revolução” no país, a origem de sua “decadência religiosa, social e política”. Apesar de a partida ter sido mais tarde discretamente adiada, sugerindo-se no dia três de maio que, dos templos, fizessem-se atos em proveito das almas “dos opressores e dos oprimidos” para “aplaçar a majestade divina e atrair a sua misericórdia em favor da nação portuguesa”, a equipe do jornal foi à peregrinação.³⁵

Do lado centenarista, diante do que se considerou, em 23 de abril, um “indiferentismo lamentável” dos demais jornais portuenses, anunciou-se que

A Folha Nova, o pequeno jornal democrata portuense, [...] singelamente apresentará no séquito de respeito o seu carro de honra. Não levará dourados, nem brilhantes, nem tapeçarias custosas; é a simples homenagem de um grupo de cidadãos, crentes num futuro de fraternidade e regeneração social ao maior vulto da história política portuguesa, àquele a quem mais devem a liberdade e a *democracia*. O carro da *Folha Nova* levará apenas a sua máquina (Marinoni), que tirará, durante a marcha, a lei de três de setembro de 1759, que expulsou os jesuítas, “como notórios rebeldes, traidores e adversários da paz pública”. Assim, *A Folha Nova*, ao mesmo tempo que afirma a sua admiração pelo grande reformador, *protesta energicamente em nome da família liberal portuguesa contra os jesuítas de todos os tempos* [grifos meus].

A partir de então (04/05), passou a convidar “todos os seus colegas e colaboradores para acompanharem o carro da imprensa que há de incorporar-se ao cortejo cívico”, que ocorreria em três dias. Alguns números mais tarde (08/05), a apreciação sobre a participação no préstito foi bastante positiva:

³⁵ Fundado em 1863, o santuário do Sameiro já se apresentava, à altura, como um dos maiores centros de devoção mariana em Portugal, para onde se dirigiam peregrinos mobilizados por lideranças ultramontanas – muito criticados, em contrapartida, por liberais e sobretudo por republicanos. Gervásio Lobato escreveu em agosto, ecoando a oposição já apontada pelos dois lados no centenário – rituais cívicos/laicos x religiosos tradicionais: “A enorme procissão que vimos serpenteado toda a serra do Sameiro, rojando-se estúpida e fanaticamente aos pés do clero [...] é perfeitamente a antítese dessas gloriosas e alegres procissões cívicas que vimos correr as ruas de Lisboa nos dias memoráveis e festivos em que Portugal comemorava os seus grandes homens, Camões e Pombal” (*O Ocidente*, 11/08/1882).

o carro triunfal d'*A Folha Nova* era a sua máquina Marinoni, assente numa carreta, puxada a cinco parelhas com cobertas encarnadas. Sobre a prateleira da máquina, a um pendão de seda escarlate e Canotilho de ouro com o nome do jornal. Cada parelha era levada a mão por dois escudeiros fardados. Abriam a marcha do carro dois batedores e fechavam-na outros dois [...]. Iam de pé, sobre os estribos da máquina, um impressor e um rodeiro, para o trabalho da impressão que de vez em quando se efetuava, tirando exemplares do decreto da expulsão dos jesuítas. Distribuíram cerca de 30.000 desses exemplares.³⁶

Ainda na análise sobre o que se passara, *A Folha Nova* (09/05) classificou os festejos como “uma das mais prodigiosas festas a que pode assistir um homem”, afirmando que

os dias próximos daqueles que estavam marcados para as festas, havia na cidade uma agitação estranha, o que quer que fosse de semelhante a uma grande comoção moral. Nas ruas, nas praças, nas reuniões, nas conversações particulares, não havia outro assunto por onde percorresse o espírito. Todas as atenções, todas as inteligências se orientavam para um ponto único e só a vontade de um país valente pôde ocasionar o prodigioso milagre de uma ressurreição assim. [...] Ao mesmo tempo que a imprensa democrática ia registrando dia a dia os passos que adiantava a celebração, ao mesmo tempo que se levantavam os carros de triunfo, os galhardetes e os festões de flores, o *jesuíta* ia tecendo, nas Associações Católicas, nos covis dos sacristas e nas redações dos periódicos miguelistas ou jesuítico-liberais, forjavam-se os artiguinhos idiotas, as caricaturas loras, os palavrões brutais da nação fanatizada.

Da parte oposta, também se notava a ideia de um embate a partir dos impressos. Para *A Palavra* (27/04), “no campo da imprensa, a favorita e poderosa arma dos nossos adversários, a derrota deles já, por mais que façam, não poderá deixar de ser monumental. Aí ficarão, eles e o seu ídolo, esmagados sob o peso da inflexível verdade histórica”. Além de sua intensa campanha que antecedeu o centenário, o periódico católico dedicou um número inteiro (08/05) às críticas aos festejos e ao “ídolo do liberalismo”, com uma moldura preta, uma grande cruz ao centro e o título “comemoração fúnebre cem anos depois da morte do sanguinário marquês de Pombal”.

A esse respeito, comentou *A Folha Nova* (09/05), invertendo o sinal das violências herdadas:

A Palavra acompanhou de perto a refrega. A todos os momentos mandava distribuir pelas ruas farrapos de papel insultantes, porque o escândalo vendia-se, conseguindo realizar assim a harmonia de consciência e da bolsa. Aquela folha infamante aparecia crivada de cruces negras, *certamente como recordação das forcas miguelistas, das perseguições da igreja em todos os tempos e em todos os lugares por onde passara aquela calamidade horrenda do jesuitismo* [grifos meus].

³⁶ O documento foi reproduzido na forma de um suplemento de uma página. Tratando-se de uma Marinoni, o número pode ser verossímil. *O Ocidente* mais tarde (01/07) anunciou terem sido seis mil pessoas a participarem do cortejo cívico. A essas, devem ser somadas as em maior número que as assistiram nas ruas, nas janelas, nas sacadas.

O que mais irritou seus opositores, contudo, foi o suplemento³⁷ que se vendeu e espalhou no mesmo dia – possivelmente pouco antes da partida para o Sameiro. Sobretudo o trecho em que, após se afirmar que não havia sequer um “homem de bem” no cortejo cívico, referiu-se aos participantes como uma “súcia de anônimos”.³⁸

As reações não se fizeram esperar. Devido à chuva que no dia anterior havia impedido a parte final do préstito, os estudantes decidiram sair novamente às ruas no dia oito, a despeito de o governador civil não lhes conceder autorização para a manifestação planejada. Acompanhados de “uma enorme multidão” que se agregava, conforme eles marchavam, com palavras de ordem e vivas entusiasmados, dirigiram-se até a praça do marquês de Pombal (antiga praça da Aguardente, renomeada por ocasião do centenário), onde as tropas do governador impediam sua passagem. Então, de acordo com o relato publicado n^o *A Folha Nova* (08-09/05),

diante daquele mar agitadíssimo de homens resolvidos, protestaram contra as infâmias dos jesuítas, rompendo em vivas à liberdade, às leis do marquês de Pombal, à democracia, ao povo do Porto, à imprensa democrática, à comissão dos festejos, à justiça, ao credo liberal, à glória da pátria, ao futuro da independência e do progresso. Alguns acadêmicos mais exaltados, mas justamente impressionados [...] lançaram fogo a diversos suplementos da *Palavra*, estrugindo nesse momento uma surriada enorme por toda a multidão. A bofetada estava dada. A reação sofreu ali, naquele tribunal popular, o castigo mais vexatório e mais adequado queurgia sentenciar. [...] A manifestação imponente seguiu pelas ruas do cortejo cívico, saudada ardentemente pelo povo. Diante do covil da *Palavra*, desse jornal que é a vergonha da imprensa portuense, que é a negra ameaça da canalha batinada, os acadêmicos queimaram alguns exemplares desse papel vergonhoso, protestando contra as aleivosias e perfídias nele publicadas.

No dia seguinte, um grupo se dirigiu à redação d^a *Palavra*, exigindo uma satisfação. O redator informou-lhes que no número seguinte sairia uma prestação de contas. Contudo, em 10 de maio divulgou-se um texto em que, garantindo não serem intencionais as ofensas pessoais, não se

³⁷ Não foi possível encontrar exemplares do suplemento. A Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) dispõe de uma série do periódico para o período que, não fosse o suplemento ausente, estaria completa – o que faz de tal lacuna uma ausência bastante eloquente. Contudo, pode-se conhecer sua essência, uma vez que o texto foi não apenas referido, mas também parcialmente republicado em outros jornais – elogiosa, e sobretudo criticamente.

³⁸ As expressões aparecem n^o *A Folha Nova* como denúncia das ofensas publicadas. Em uma das maiores transcrições do suplemento, lê-se: “está fúla de raiva a canalhocracia centenarista! Esmagada no campo da imprensa, que sublevou contra os miseráveis pombalinos a opinião pública, desenrolando perante a geração atual os horrorosos quadros de atrocidades inomináveis do *Nero português*, a canalha apelou para as manifestações nas ruas, onde costumam brigar ébrios, jograis e truões, e aí não podia ser mais monumental o fiasco! À corja dos faias e dos vadios republicueiros não se uniu um único homem de bem. Os habitantes desta cidade, eminentemente ativa, laboriosa e pacífica, recolheram-se nas suas casas e prepararam-se para ver das janelas e varandas os decantados cortejos cívicos desses anônimos sem honra, nem dignidade, nem ilustração, nem decoro” (*Comércio Português*, Porto, 09/05/1882). Como não foi possível acessar o periódico na BPMP, devido ao mal estado, cita-se como consta em: SAMPAIO, 2006, p. 134.

retirava, contudo, “uma única palavra”, nem se retificava “um único conceito em tudo que naquele artigo está escrito, por ser a expressão, conquanto dura, mas atualmente necessária, da verdade”.

No dia 12, no entanto, publicou-se n^o *A Palavra*, em destaque, a nota: “a redação deste jornal retira todas as expressões ofensivas do seu artigo epigrafiado *monumental fiasco do centenário*, considerando-as imerecidas e indignas desta redação, que deseja ser sempre digna e cordata”. O texto foi repetido em suplemento e em números posteriores. Ademais, no dia seguinte, o cabeçalho anunciava que “o lugar de redator principal” do jornal encontrava-se vago.³⁹ Uma declaração foi também enviada pelo diretor d^e *A Palavra* ao *meeting* [comício] que os estudantes convocaram em protesto ao jornal. De acordo com *A Folha Nova*, tal declaração foi lida ao público então reunido, após uma série de discursos contrários ao periódico católico, não bastando, contudo, para acalmar os ânimos.

Curiosamente, um dos textos que constavam no malfadado suplemento era uma carta que fora enviada à *Folha Nova* por um dos seus colaboradores mais conhecidos. Publicada no diário republicano ainda em 15 de abril, foi reproduzida na íntegra n^o *A Palavra* de 19 do mesmo mês, afirmando-se se tratar de “um documento esmagador, escrito num tom de ironia pungente”, contrariando as expectativas dos centenaristas acerca de seu colaborador habitual. Leu-se, então:

A glória de contribuir, na camaradagem de tantos nomes ilustres, com o meu óbolo de entusiasmo mais ou menos postiço para a celebração de semelhantes festas, não me permite aceitá-la a inveterada aversão que voto ao ministro despótico de um rei covarde e devasso. [...] já enviei a dois jornais um escrito medianamente hostil a todos os déspotas, sem me declarar monárquico nem republicano. É bem de ver que a responsabilidade do escrito era toda minha, mas os dois jornais, contagiados da febre dos centenários, rejeitaram-no com irrepreensível delicadeza. Abstenho-me, pois e forçadamente, de escrever lisonjas à memória do marquês de Pombal [...]. Provada a autoridade alheia das grandes e incontestáveis providências do seu governo, o que resta de individualismo, não direi *originalidade*, na energia do marquês são as masmorras, os extermínios, os patíbulo e as fogueiras. [...]

Assinava-a um dos mais conhecidos romancistas portugueses: Camilo Castelo Branco. No suplemento, tal carta do célebre autor – que colaborava, como se disse, n^o *A Folha Nova* – foi reproduzida junto de ilustrações que retratavam o suplício da marquesa de Távora⁴⁰ e de um trecho

³⁹ *A Folha Nova*, por sua vez, publicou com antecedência, no dia 11, a declaração que seria publicada por seu antagonista no dia 12 e fê-lo com grande destaque, dedicando a isso uma página inteira, sob o título “glória ao marquês de Pombal!” e subtítulo (invertendo o anteriormente publicado n^o *A Palavra*) “o monumental fiasco dos jesuítas!”.

⁴⁰ O episódio comumente referido como o “suplício dos Távoras” (13/01/1759) foi um dos mais criticados no histórico do marquês em 1882 – explorado por seus opositores devido aos meios violentos empregados e ao próprio processo condenatório. Remete-se à punição exemplar a elementos da alta nobreza (como os marqueses de Távora) acusados estarem implicados em um atentado ao rei, D. José (03/09/1758).

do que se anunciava ser um livro que o escritor estaria preparando sobre o centenário. De sua parte, o jornal republicano prontamente acusou (10/05) duvidar que o impresso contasse com o conhecimento e com a concordância de seu colaborador e que “não aceita a menor mancomunação com a clericalha fanática, não presta nem seu nome, nem a sua opinião para as especulações torpes dos sotainas”.

No dia 13 de maio, entretanto, publicou-se no jornal republicano nova carta de Castelo Branco a Emídio de Oliveira – com trechos reproduzidos estrategicamente no diário católico:

Do seu artigo na *Folha Nova* de ontem, que li extremamente agradecido, vejo que figurei de um modo inconsciente e assaz ardente no centenário do marquês de Pombal. É provável que queimassem o meu insignificante contingente literário, aproveitando, à falta de coisa melhor, pela *Palavra*, no tal *Suplemento*. [...] Os jovens centenaristas, queimando a *Palavra*, entravam na orientação do decrépito marquês [...]. Eu, se tivesse voto de velho e influente nos alvitres da festeira mocidade, dir-lhe-ia que não queimasse a *Palavra*, representativa de uma convicção, de uma liberdade, de um direito, para não se parecer com o estadista que amordaçava as línguas que falavam e quebrava os pulsos que escreviam, quando isso era necessário como exórdio da revolução intelectual que sortiu a tolerante liberdade que atualmente prevalece. Hoje não é preciso queimar papéis; é melhor combater-los ou deixá-los esfarinhar-se sob o raio de luz que fermenta as podridões das coisas mortas. [até aqui foi reproduzido em *A Palavra*]

Escuso dizer-lhe, meu amigo, que fui de todo estranho à reprodução dos meus escritos nesse *Suplemento* e que não conheço senão dois ou três padres (acho que são só dois) ilustrados e honestos, cujas convicções respeito, porque me habituei a respeitá-las num sacerdote bom que principiou minha educação literária. [...] Renovo os agradecimentos à espontaneidade da sua defesa, sr. redator, e deploro a estúpida miopia dos que me imaginaram a colaborar espontâneo no combustível do *Suplemento*, cujas lavaredas relampejaram na frente vulcânica do marquês de Pombal, que, felizmente para mim, era de gesso.

Camilo Castelo Branco não encerrou nessas cartas sua colaboração sobre o centenário. Em outubro do mesmo ano, publicou no Rio de Janeiro e no Porto seu *Perfil do marquês de Pombal*; obra bastante crítica e muitas vezes reeditada em que se propôs a retratar o marquês de perfil (unilateralmente, portanto), com “tintas” colhidas “na paleta da história”. Já no prefácio, ele afirma supor não agradar “nem aos absolutistas, nem aos republicanos, nem aos temperados” – o que pode ser entendido como um suposto não-aninhamento no debate, e também como uma suposta imparcialidade, que potencializaria o texto. O próprio Camilo, contudo, confessa seu “ódio, grande, entranhado e único na vida ao marquês de Pombal”. Quanto ao centenário, ele afirma que se tentou fazer ressurgir um marquês “mais ou menos posição e contrafeito dos moldes das três escolas políticas regimentares”. Para o escritor, “isso que aí passou nas ruas foi um Pombal de romance

[...]. A realidade dos fatos foi sacrificada a uma bandeira que lhe emprestaram. Puseram esse manequim diante do povo português – o mais rústico povo da Europa” (BRANCO, 1882).

Seu *Perfil*, por oposição, pretendia-se mais real – e as fontes que ele elenca serviriam para autorizar e validar seu discurso, que invoca a objetividade de uma história não-farseada. Nesse sentido, Castelo Branco afirma que, se os organizadores do centenário lessem seu livro, “diriam que não é assim que modernamente se escreve a história. Pode ser, mas a verdade é assim que se escreve: fatos, com os documentos na mão”. Ainda que explicitamente se distanciasse dos setores ultramontanos, com quem não compactuava politicamente, sua leitura sobre o período pombalino não emergia, como se pode notar, solitária (BRANCO, 1882).

Opondo-se à versão do marquês mobilizada pelos promotores do centenário, que de fato visavam a mitificá-lo (embora não o dissessem), também ele divulgava (a despeito do que anunciava) uma versão mítica de Pombal – um contra-mito que se assemelhava ao discurso propagado por autores e grupos do campo político oposto ao dos republicanos. Não por acaso, alguns de seus escritos foram reproduzidos contra os centenaristas. De resto, mobilizar modos específicos de elaboração de um discurso histórico como argumento de autoridade não foi estratégia exclusivamente sua. Também o fizeram, como referido, republicanos e ultramontanos. *A Palavra* valeu-se (27/04), como referido, do “peso da inflexível verdade histórica” enquanto *A Folha Nova* propunha-se a apresentar os julgamentos de uma história supostamente científica e livre de paixões políticas.⁴¹ Camilo, de sua parte, supunha-se em “posição excelente” frente a seus opositores; apto a “lhes bat[er] com a história” (BRANCO, 1882).

Como outros críticos, ele selecionava, do passado pombalino, sobretudo o que havia de violento e despótico, acusando seu caráter não-liberal e não-democrático e a consequente incoerência de seus panegiristas do século XIX.⁴² Apesar de mobilizarem o discurso histórico como forma de validarem sua argumentação, tanto os apologistas quanto os detratores do marquês isolaram alguns aspectos da administração pombalina, superlativando-os. Desse modo, acabaram por subordinar sua apreciação geral das políticas de Pombal ao juízo relativo aos traços negativos ou positivos selecionados intencionalmente. Dentre esses, “sem dúvida, a expulsão da Companhia

⁴¹ “O marquês de Pombal e a instrução pública” (17/02); “Folhetim” [Teófilo Braga] (10/11). A referência a Teófilo Braga, recorrente nos festejos, indicia a influência forte dos ideais positivistas (propostos a partir da reapropriação de ideias de Auguste Comte), muito mobilizados pelos republicanos e em torno dos quais desenrolaram-se as festividades dos centenários oitocentistas (a comemoração dos grandes homens exemplares na história pátria/da humanidade). A respeito do positivismo em Portugal, ver: CATROGA, 1977; LUZ, 2004.

⁴² Para uma leitura do *Perfil*: PEREIRA, 2019; RITA, 2015. Sobre reações antipombalinas: TORGAL, 1984.

de Jesus, fundamentada na ideia regalista e antiultramontana, adquiriu extrema relevância como principal tópico de polêmica” (MATOS, 1998, p. 449).

Refletindo sobre sua própria obra, com seus potenciais e com suas limitações, Castelo Branco afirma: “este livro poderia ter aparecido antes dos festejos de sete de maio. Seria então um protesto contra o entusiasmo dos propugnadores do marquês de Pombal”. No entanto, diz ter-se absterido “dessa aspiração vangloriosa que teria uns ares desvanecidos de querer atuar sobre convicções radicadas [...]. Seria, sobre infrutífera, ridícula a empresa”. Afinal, pondera o escritor, comparando seu esforço de mobilização do passado pombalino com o de seus antagonistas,

não se desfazem com os livros as persuasões que se fizeram com locais de jornais baratos [...]. A porção do povo que não aprende nada em livros achou nos clubes a educação do discurso amoldado à sua capacidade, à sua dócil ignorância e à sua congênita necessidade de revolucionar-se com palmas e gritos [...]. Crenças assim radicadas e cáusticas não se acalma com cataplasmas de livros.

Para Camilo, seus opositores cometiam equívocos que, no pior dos cenários, resultariam em “sangrias enormes nas chamadas batalhas sociais”. Tragédia que contudo faria rir o cáustico Pombal que, entre passado, presente e futuro, ele imaginava, ao vaticinar sarcasticamente: “se essa hora nefasta chegar, as mandíbulas do marquês hão de escancarar uma risada mefistofélica no seu sarcófago” (BRANCO, 1882).

O escritor problematizava, por sua recorrência, o antijesuitismo reclamado como herança pombalina pelos centenaristas; principal tópico da polêmica em torno dos festejos. Na perspectiva de Castelo Branco, a oposição à “palavra sintética *jesuíta*” já se revelava em sucessivas gerações do liberalismo. Acerca da permanência/recorrência de tal tópica (veiculada, como apontado, desde momentos iniciais do regime), recupera-se um artigo escrito por Camilo ainda em 1852:

D. José I e o marquês de Pombal e a expulsão dos jesuítas são homens e acontecimentos de ontem que já hoje respondem no tribunal da crítica, em que o juiz incorruptível – a VERDADE – condena com documentos insubornáveis. [...] A palavra “jesuíta” estremecia os nervos dessa multidão de superficiais, que desgraçadamente são sempre os primeiros a sentar-se nos ágapes da ciência. Ao passo que motejavam as superstições, alimentadas pela ignorância dos imbecis, davam de si um triste documento de cega credulidade no *ipse dixit* do Seabra e de muitos outros Seabras inspirados pelo célebre senhor de Oeiras. A *Dedução Cronológica*, lida com ansiedade por nossos pais, foi-nos transmitida como “cordão sanitário contra a peste jesuítica” (BRANCO, 1916 [1852], cap. XXX).⁴³

⁴³ A *Dedução Cronológica e Analítica* (1767-1768) apresenta como autor José Seabra da Silva. No entanto, entende-se ser fruto das influências e interferências diretas de Pombal (por isso, ainda no reinado de D. José creditava-se sua autoria ao marquês). É um dos principais documentos pombalinos (bastante divulgada; esquema modelar para textos coetâneos) e apresenta uma releitura da história de Portugal tendo como princípio norteador a acusação e as “provas”

Em ambos os textos, vindos a lume com uma distância temporal de 30 anos, nota-se como Castelo Branco critica o que ele acusa ser uma espécie de senso comum no país sobre o passado pombalino; uma memória politicamente mobilizada que ele atribui à persistência de uma narrativa pombalina da história, atualizada no liberalismo. Nesse ponto (recuperado e reelaborado pelos estudantes no centenário), o escritor se demarca de seus contemporâneos – incluídos alguns representantes da referida geração de 70; indivíduos que, em suas leituras decadentistas sobre o passado português, acusavam a influência negativa do catolicismo tridentino (e do jesuitismo) e, ainda que se opusessem ao centralismo que caracterizava tanto o governo do marquês quanto as políticas da Regeneração, viam o período em que Pombal governou como um parêntesis de prosperidade em meio à decadência do país.⁴⁴

Passado em papel-jornal

A despeito da suposta descrença de Camilo em relação às notas “locais de jornais baratos”, os periódicos afirmavam-se como veículos fundamentais para informação, instrução e formação de opinião – e o próprio Castelo Branco muito se valia deles. A imprensa, enquanto forma de “comunicação fluida, geral e regular, que ultrapassou os particularismos e contingências da comunicação direta, interpessoal”, relaciona-se à ampliação dos espaços de discussão pública e das formas de alargamento da participação política que caracterizam o liberalismo oitocentista, além de ser relevante para mobilizar a população. Os “jornais passam a ser no século XIX uma condição estrutural do funcionamento” da sociedade, sintonizando a periodicidade da comunicação escrita com novos ritmos sociais – o que implica uma nova relação com o tempo, medido por termos mais precisos e curtos (TENGARRINHA, 2006, p. 157-159).

No Portugal oitocentista, além disso, estavam imbricadas as áreas do erudito especialista em história e do intelectual divulgador que publicava textos em periódicos; havia uma “relação simbiótica” entre história e imprensa⁴⁵ e alguns jornais e revistas se esforçavam pela divulgação de uma “História generalizada e cientificamente mais válida”, almejando relatar o fundamental do passado; “também se considerou a História como uma ‘mestra da vida’, sendo preciso mostrar os

de que cabia aos jesuítas a responsabilidade por todos os desvios e as calamidades que se abateram sobre o país, justificando o antijesuitismo que caracterizou o governo do marquês. Ver: ALVIM, 2010. Acerca da expressão entre aspas, Camilo atribui-a a um autor coetâneo, sem nomeá-lo. Trata-se do padre Joaquim de Santa Clara, que publicou “A guarda avançada do cordão sanitário contra a peste jesuítica” (1846).

⁴⁴ CARVALHO, 2008 – cap. I; MATOS, 2011. Entre os homens considerados parte da referida geração de 70 que se opunham a Pombal e a seu centenário, destaca-se Ramalho Ortigão. PEREIRA, 2019, p. 07-08.

⁴⁵ Contrariava-se “a forma de suporte tradicional do conhecimento, ou seja, do ‘livro’, em detrimentos dos folhetins literários, que se tornavam populares através da imprensa periódica”, DIAS, 2011, p. 21 – cita-se, por exemplo, o Alexandre Herculano, grande na historiografia e na imprensa portuguesas, dedicando-se à pesquisa e à divulgação.

aspectos negativos e positivos de certos indivíduos e tendências para a educação cívica e moral das massas, tarefa última a que todas essas publicações aspiravam” (DIAS, 2001, p. 202).⁴⁶

Como o caso do centenário pombalino bem indica, não é apenas por meio da escrita que as sociedades exprimem sua história; fazem-no também por meio de festividades comemorativas e de outras iniciativas. Quando se recuperam episódios e gestos do passado em celebrações públicas, desenvolve-se uma forma específica de composição da verdade histórica. Para Ferro (1989, p. 54-60), “a comemoração acusa os silêncios, desloca os fatos e os seleciona. Como a narrativa histórica, ela é um ponto de conflitos”. De acordo com Ilh (2017, p. 12), pode-se falar de comemorações como *mise en scène*; ritos, símbolos e manifestações evocando um passado reivindicado no presente.

Em sentido aproximado, Albuquerque Jr. (2019, p. 179-189) entende que a comemoração

é atravessada e constituída por um enredo, é uma forma de fazer ver e de dizer o passado. [...] põe em cena, torna visível, materializa dadas memórias, dadas versões e visões do passado [...] como a narrativa histórica, cria efeitos de real, apoia-se em vestígios, testemunhos, em outras narrativas que chegam do passado para construir versões verossímeis sobre o que teria ocorrido [...] é, por fim, um dos usos que se pode fazer do passado, é uma das modalidades de enunciação e de ritualização daquilo que se costuma chamar de cultura histórica.⁴⁷

Dadas sua natureza coletiva e sua intenção de “universalizar memórias que pertencem a uma parcela da sociedade”, a comemoração explicita conflitos e contradições, trazendo à tona “disputas entre versões distintas, entre visões divergentes acerca daquilo que se comemora”; ruídos de sentido e divergências enunciativas como as aqui abordadas – importante objeto para o historiador.

Quanto aos periódicos, “escrita do presente e para o presente”, eles valem-se da memória para “inscrever o presente no quadro de um passado bem balizado com vista a exorcizar os receios e dominar o futuro, submetendo-o às regras de uma memória nacional hegemônica e tranquilizadora”. Empregando uma temporalidade múltipla, de que fazem parte “o tempo curto da repetição ritual, o tempo médio da conjuntura e a duração longa das permanências ou das rupturas fundadoras, inscrevendo-se nesse terceiro nível o discurso comemorativo que pretende refletir o sentido do devir histórico” (PEREIRA, 2007, p. 144-45), como o mobilizado na festividade do marquês de Pombal de que se tratou neste texto.

Ainda acerca dessas celebrações, é importante ter em mente que, assim como seu antecedente imediato, o centenário camoniano de 1880 (promovido por uma comissão da

⁴⁶ Ver também: MATOS, 1998, p. 29-86; TORGAL, MENDES & CATROGA, 1998, p. 31-42.

⁴⁷ Para Rösen (2009 [1994]), cultura histórica (práxis da consciência histórica) engloba um complexo de manifestações relativas à orientação na temporalidade e rememoração atualiza o passado (como tal) no presente, abrindo-o ao futuro.

imprensa; foi o primeiro festejo do tipo, em Portugal e no Brasil), o centenário pombalino de 1882 foi ocasião importante no que diz respeito ao reconhecimento do trabalho dos jornalistas portugueses e a sua afirmação enquanto grupo social emergente. Não admira, portanto, que em ambos os festejos a imprensa, enquanto grupo organizado, tenha se feito representar em carros triunfais, desfilando nos cortejos cívicos (VARGUES, 2003, p. 161) – ao mesmo tempo em que nos jornais se dava espaço considerável aos preparativos, às polêmicas e aos relatos que então mobilizavam os portugueses em torno de leituras sobre o passado e sobre o presente, misturadas com projetos para o futuro almejado para o país.

Depois de ter publicado relatos sobre os festejos pombalinos em Lisboa, *O Ocidente*, em seu número de primeiro de junho, dedicou espaço às descrições enviadas por seu correspondente no Porto acerca do centenário na cidade, ilustrados por uma gravura em destaque na primeira página (Imagem 4). Elogioso quanto aos supostos entusiasmo e ordem notados ao longo da programação – sobretudo no que diz respeito ao cortejo cívico (manifestação “das mais impotentes e dignas que o Porto tem promovido”, a que se teriam incorporado cerca de seis mil pessoas) –, o relato acusa um “contraste característico” entre os “sentimentos populares portuenses”, ordeiros, e “a atitude ativa e energética” que decorreria depois do *meeting* contra *A Palavra*.

Imagem 4



“A procissão cívica desfilando na rua de Santo António (9 de maio de 1882 – segundo um desenho de Isaiás Newton)”, gravado por Caetano Alberto da Silva, *O Ocidente*, Lisboa, 01/06/1882.

Na ocasião, afinal, “uma multidão imensa se dirigiu à redação de uma folha católica para exigir a retratação formal e plena dos insultos e dos sarcasmos injuriosos que haviam sido arremessados por um suplemento ignóbil à respeitabilidade das corporações que tinham tomado parte no préstito”. Ao indicar que tal suplemento fora “queimado num auto de fé”, justamente na recém-renomeada praça do marquês de Pombal, “ao estrugir das aclamações do povo”, o correspondente conclui que

a satisfação foi dada completa e satisfatória, e o centenário no Porto ficou assim purificado da única mancha com que rancores mal sofreados e insólitos haviam tentado escurecer a auréola refulgente da apoteose solene das virtudes cívicas e da intrepidez administrativa do ousado e prestante ministro de D. José I.

No curioso relato (que se vale de um vocabulário religioso para descrever um embate entre dois periódicos em torno de diferentes leituras do passado e de uma celebração cívica), vale a pena repetir, descreve-se a queima do suplemento d’*A Palavra* como um auto-de-fé satisfatório e completo; purificador das máculas causadas pelos ultramontanos às cerimônias tidas por liberais.

Algumas semanas mais tarde, anunciou-se na mesma revista (01/07) que em breve se daria “uma larga notícia dos festejos com que no dia 9 deste mês [julho] o Porto tenciona comemorar o quinquagésimo aniversário deste dia glorioso”. Era outra festividade em torno de uma efeméride histórica. A data marcava, afinal, o episódio da “entrada do exército libertador”, quando as tropas constitucionais de D. Pedro IV, durante a guerra civil, adentraram na cidade antes ocupada por miguelistas. Promovidos pela Associação Liberal Portuense, os festejos, nas ruas e no papel-jornal; em iluminações, cortejos, elogios e críticas, mobilizaram novamente leituras específicas e conflituantes da história portuguesa em torno de interesses políticos. Em disputa, passado, presente e futuro novamente articulavam-se no discurso.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, A. M. F. **Hino dos estudantes adotado no programa do centenário do Marquês de Pombal, reformador dos estudos, reedificador de Lisboa etc.** Lisboa: 1882.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. **O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história).** São Paulo: Intermeios, 2019.

ALEXANDRE, V. A África no Imaginário Político Português (Séculos XIX e XX). **Penélope**, 15, 1995.

ALVIM, G. M. **Linguagens do poder no Portugal setecentista: um estudo a partir da Dedução Cronológica e Analítica (1767).** 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, 2010.

- ARANHA, B. **Dicionário bibliográfico português**. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brazil. Continuados e ampliados por Brito Aranha, t. XIX. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.
- BANN, S. **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo: Unesp, 1994 [1ª ed. em inglês 1990].
- BEBIANO, R. O 1º centenário pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica. **Revista de História das Idéias**, v. 4, t. II, 1982.
- BRANCO, C. C. **Perfil do marquês de Pombal**. Porto/Rio de Janeiro: Clavel & Cia./L. Couto & Cia., 1882.
- BRANCO, C. C. **Horas de Paz: escritos religiosos**. v. 2. Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1916 [1852].
- CAMARA dos Senhores Deputados. **Diário da Câmara dos Senhores Deputados**, n. 67, Lisboa: Imprensa Nacional, 1882.
- CARDIM, P. Religião e Ordem Social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime. **Revista de História das Idéias**, v. 22, 2001.
- CARVALHO, F. R. **Um iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)**. São Paulo: Annablume, 2008.
- CASTRO, Z. O. Da História das Ideias à História das Ideias Políticas. **Cultura**, v. VIII, 1996.
- CASTRO, Z. O. O regalismo em Portugal da Restauração ao vintismo. **O Estudo da História: Boletim A. P. H.** 2:1, 1990-1993.
- CATROGA, F. O culto cívico de D. Pedro IV e a construção da memória liberal. **Revista de História das Idéias**, v. 12, 1990.
- CATROGA, F. Os inícios do positivismo em Portugal: o seu significado político-social. **Revista de História das Idéias**, v. 1, 1977.
- CATROGA, F. Morte Romântica e Religiosidade Cívica. In: TORGAL, L. R. & ROQUE, J. L. (coord.) **História de Portugal**. v. V: O Liberalismo. Lisboa: Estampa, 1998.
- CATROGA, F. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). **Análise Social**. n. 100, 1988.
- CATROGA, F. O livre-pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX-XX). **Revista de História das Idéias**, v. 22, 2001.
- CATROGA, F. **O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1911**. Amadora: Casa das Letras, 2010 [1ª ed. 1991].
- CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011 [1ª ed. em francês 1975].
- DIAS, E. G. A. **A Construção da História Medieval na Imprensa Periódica Portuguesa de Oitocentos**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011.
- DIAS, J. S. S. Pombalismo e teoria política. **Cultura – História e Filosofia**, v. I, 1982.
- DRYE, E. **La presse rotative à plieuse de Marinoni**. Paris: Musée des arts et métiers, 2014.
- FALCON, F. J. C. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982.

- FERRO, M. **A História Viglada**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989 [1ª ed. em francês 1985].
- FRANCO, J. E. **O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)**, v. II: do Marquês de Pombal ao século XX. Lisboa: Gradiva, 2007.
- FRANCO, J. E. “Massacres ou martírios do Marquês de Pombal? memória e mito”. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**. v. III, 2009, n. 1.
- GIRARDET, R. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 [1ª ed. em francês 1986].
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015 [1ª ed. em francês 2003].
- IHL, O. Commemoratio. **L’Observatoire**, n. 50, 2017.
- JOÃO, M. I. Percursos da Memória: centenários portugueses no século XIX. **Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, n. 8, 2000.
- JOUTARD, P. **Histoire et mémoires, conflits et alliance**. Paris: La découverte, 2013.
- LISBOA, J. L. Os lugares da História das Ideias. **Cultura**, V. XVIII (2004).
- LUZ, J. L. B. Os ideais da positividade. In: CALAFATE, P. (dir.) **História do Pensamento Político Português**. v. I, t. I. Lisboa: Caminho, 2004.
- MACHADO, A. M. **A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986 [1ª ed. 1977].
- MATOS, S. C. Pombal, da Revolução Liberal ao Estado Novo. In: SILVA, J. P. P. **Pombal e o seu tempo**. Sintra: Caleidoscópio, 2010.
- MATOS, S. C. **Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1864-1898)**. Lisboa: Colibri, 1998.
- MAXWELL, K. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 [1ª ed. em inglês 1995].
- MIRANDA, T. C. P. R. **“Ervas de ruim qualidade”: a expulsão da Companhia de Jesus e a aliança anglo-portuguesa (1755-1757)**. 1993. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- MONTEIRO, N. G. D. **José: à sombra de Pombal**. Sintra: Temas e debates, 2008.
- NETO, V. **O Estado, a Igreja, a Sociedade em Portugal (1832-1911)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- NETO, V. **A questão religiosa no Parlamento 1821-1910**. Lisboa: Assembleia da República, 2011.
- OLIVEIRA, J. A. **A igreja e a instauração do liberalismo em Portugal (1816-1840)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- OZOUF, M. **De Révolution en République. Les chemins de la France**. Paris: Gallimard, 2015.
- PEIXINHO, A. T. Escritores e jornalistas: um estudo de Caso. In: RIBEIRO, M. T. (coord.) **Outros Combates pela História**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.
- PEIXINHO, A. T. & DIAS, L. A. C. A cidade e as suas personagens em fim de século: quadro de emergência de uma cultura urbana de massas em Portugal. **Mediapolis**, n. 1, 2015.

- PEREIRA, G. O 'Perfil do marquês de Pombal' e as disputas em torno das impressões sobre o passado pombalino. **ANPUH. Anais do 30º Simpósio Nacional de História**. Recife, 2019.
- PEREIRA, M. H. Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX. **Análise Social**, v. VII, 1969.
- PEREIRA, M. L. M. O 1º de Dezembro: memória e liturgia cívica na 2ª metade de Oitocentos. **Revista de História das Ideias**, v. 28, 2007.
- POCOCK, J. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.
- QUEIROS, E. Prefácio. ARNOSO, conde de [B. P. C. MELO] **Azulejos**. [1886].
- RAMOS, L. O. Regalismo. In: AZEVEDO, C. M. (dir.) **Dicionário de história religiosa de Portugal**. v. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- RAMOS, R. Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. **Análise Social**, v. XXIV, 1988.
- RIBEIRO, M. T. Livros e leituras no século XIX. **Revista de História das Ideias**, v. 20, 1999.
- RITA, A. A Desmistificação camiliana de Pombal. In: FRANCO, J. E. & RITA, A. **O Mito do marquês de Pombal: filopombalismo e antipombalismo na mitificação do primeiro-ministro de D. José**. Lisboa: THEYA, 2015 [2ª ed.].
- RODRIGUES, A. D. **O Marquês de Pombal e os seus biógrafos: razão de ser de uma revisão à sua história**. Lisboa: s/e, 1947.
- ROUSSO, H. **La hantise du passé: entretien avec Philippe Petit**. Paris: Textuel, 1998.
- RÜSEN, J. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. **Cultura Historica**. 2009. http://culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf [acesso em 05/05/2018, 1ª ed. em alemão 1994].
- SAMPAIO, H. R. Q. **As comemorações do centenário do Marquês de Pombal no Porto**. Dissertação de Mestrado (Patrimônio e conservação). Porto: Universidade Portucalense, 2006.
- SANTOS, M. H. C. (coord.) **Pombal revisitado**. Lisboa: Estampa, 1984.
- SANTOS, R. Jornalismo português em finais do século XIX. Da identificação partidária à liberdade de reportar. **Media & Jornalismo**, n. 6, 2005.
- SARDICA, J. M. O jornalismo e a *intelligentsia* portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional. **Comunicação & Cultura**, n. 7, 2009.
- SILVA, A. B. M. **Miguelismo: ideologia e mito**. Coimbra: Minerva, 1993.
- TENGARRINHA, J. **Imprensa e opinião pública em Portugal**. Coimbra: Minerva, 2006.
- TORGAL, L. R. Pombal perante as ideologias tradicionalistas. In: SANTOS, 1984.
- TORGAL, L. R.; MENDES, J. A. & CATROGA, F. **História da História em Portugal. Séculos XIX-XX**. v. 1. Lisboa: Temas e Debates, 1998 [1ª ed. 1996].
- VARGUES, I. N. A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes?. **Revista de História das Ideias**, v. 24, 2003.